

PLANO DE NEGÓCIOS 2021 EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL CICLO 2021-2025

DEZEMBRO DE 2020





DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente

Thiago Vasconcellos Barral Ferreira

Diretor de Estudos Econômico-Energéticos e Ambientais

Giovani Vitória Machado

Diretor de Estudos de Energia Elétrica

Erik Eduardo Rego

Diretora de Estudos do Petróleo, Gás e

Biocombustíveis

Heloisa Borges Bastos Esteves

Diretora de Gestão Corporativa

Angela Livino Regina de Carvalho

ASSESSORIA DA PRESIDÊNCIA

Assessor da Presidência

Carlos Henrique Brasil de Carvalho

Estagiários

Rafael Tadeu Basílio

Vitória Araújo Bastos

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente

Bento Costa Lima Leite de Albuquerque Junior

Membros

Aline Couto de Amorim

Evandro César Dias Gomes

Reive Barros dos Santos

Thiago Vasconcelos Barral Ferreira

CONSELHO FISCAL

Presidente

Alexandre Lauri Henriksen

Membros

Helano Borges Dias

Luís Felipe Monteiro Serrão

COMITÉ DE AUDITORIA

Presidente

Herbert Adriano Quirino dos Santos

Membros

Joaquim Rubens Fontes Filho

Luís Carlos da Conceição Freitas

COMITÉ EXECUTIVO DE GESTÃO ESTRATÉGICA

Presidente

Carlos Henrique Brasil de Carvalho - PR/GAB

Secretária

Aretha de Souza Vidal Campos - PR/PCS

Membros Titulares

Elzenclever Freitas de Aguiar - PR/CGR

Fernanda Fidelis Paschoalino - DEE/SGE

José Guilherme de Azevedo Pacheco - DGC/GAB

Luciano Basto Oliveira - DEA/SEE

Rafael Moro da Mata - DPG/SDB

Membros Suplentes

Adriana Queiroz Ramos - DPG/SPG

Federica Natasha G. A. dos Santos Sodré - DEA/SMA

Mariana de Assis Espécie - PR/GAB

Mariana de Queiroz Andrade - DEE/SEG

Mariana Gonçalves de Azevedo - DGC/SRF

SUMÁRIO

O ano de 2020 e os desafios de curto, médio e longo prazos	3
Plano de Negócios 2021	10
Plano de Estudos Referenciais para o Planejamento Energético	22
Suporte ao MME e demais órgãos de governo	37
Plano Diretor Institucional 2021	52
Plano de Comunicação Externa	54
Recursos	56
Análise de Riscos	61
Monitoramento	67



O ANO DE 2020 E OS DESAFIOS DE CURTO, MÉDIO E LONGO PRAZOS

Para a Empresa de Pesquisa Energética - EPE, assim como para toda a civilização, 2020 foi um ano de grandes desafios, mas também de muita superação. A EPE o iniciou com um desafio, que parecia intransponível - o orçamento - que teve uma importante parcela condicionada, obrigando a empresa a um enorme esforço de articulação, priorização e ajustes. E isso num contexto de sucessão de diretores, em especial da Diretoria de Gestão Corporativa.

No entanto, a empresa se uniu, aperfeiçoou seus instrumentos de gestão, exercitou a criatividade e conseguiu criar as condições para chegar no fim do ano sem comprometimento do funcionamento das atividades, não só garantindo os recursos, como também criando as condições para executar o orçamento da forma mais efetiva.

Com vistas a cortar pela metade seus maiores custos fixos, a empresa embarcou na aventura da mudança do escritório central, deixando um espaço onde passou por tantos anos. Uma mega operação logística, contratos complexos e um número inimaginável de questões para resolver.

Tudo isso foi realizado com sucesso a partir de um esforço coordenado na Sala de Situação instituída. E o resultado foi de uma economia significativa para os próximos anos, com aluguel e condomínio, em um local bem próximo à sede anterior e sem perda de qualidade do espaço de trabalho para os colaboradores da empresa.

A EPE respondeu com assertividade à chegada da pandemia, protegendo seus colaboradores e contribuindo para "achatar a curva", ao mesmo tempo que reinventou as formas de trabalho, passando a exercê-lo 100% online, para continuar realizando as entregas tão necessárias para o desenvolvimento do setor de energia no Brasil.

Esta adaptação foi bastante desafiadora, uma vez que a empresa não tivera, até então, qualquer experiência com trabalho remoto. A ansiedade, a preocupação com a saúde de familiares, a adaptação da rotina, a sobrecarga decorrente da tentativa de conciliar trabalho e gestão da vida familiar/doméstica foram grandes desafios enfrentados por toda equipe.

Mas a EPE superou, com a preservação da saúde dos seus colaboradores.

A empresa também superou um dramático incidente cibernético, experiência que também veio a afetar muitos outros órgãos e empresas, tanto públicos, quanto privados, neste ano. Mas a EPE soube, com serenidade, flexibilidade e paciência, enfrentar mais este desafio. Com o comprometimento de muitos, evoluiu substancialmente em termos de segurança cibernética e, embora muita atenção ainda seja requerida, está mais preparada para o futuro.

Sob o ponto de vista das entregas, é muito importante destacar que a EPE superou a finalização do Plano Nacional de Energia - PNE 2050, depois de anos de muito trabalho e diversas idas e vindas com o Ministério de Minas e Energia - MME. A empresa também se superou quando inovou na forma de elaborar o Plano Decenal de Expansão de Energia - PDE 2030, antecipando, em novo formato, destaques do relevante conteúdo produzido. Com isso, ampliou o diálogo não apenas como o MME, mas com todas as partes interessadas.

A empresa também lançou o Balanço Energético Nacional - BEN Interativo junto com a edição especial de 50 anos de séries energéticas. Promoveu o

lançamento do Plano Indicativo de Gasodutos de Transporte - PIG 2020 e participou, com assertividade, do desenvolvimento de importantes programas governamentais, como o Abastece Brasil, REATE e RenovaBio, entre outros.

Pode-se afirmar que a EPE foi proativa e correu contra o relógio para entregar estudos de planejamento da transmissão e avançou na Modernização do Setor Elétrico e no Novo Mercado de Gás, fornecendo diversos subsídios ao MME para condução da Política Energética Nacional.

A empresa fortaleceu a sua atuação no tema inovação, no planejamento dos sistemas isolados, na precificação de carbono e se mobilizou para responder à crise energética no Amapá. Avançou nos estudos de transição energética, energia nuclear, hidrogênio e integração de renováveis. Foram muitas entregas, cada uma com um enorme esforço de superação para alcançar os resultados que obtidos.

Todos os esforços descritos anteriormente favoreceram a obtenção de resultados concretos na atração de investimentos, contribuindo para o desenvolvimento do país. Na maioria dos eventos relevantes da agenda brasileira de atração de investimentos no setor energético, a EPE atuou de

forma determinante nos processos que os envolviam.

A empresa possui hoje forte reconhecimento das autoridades governamentais e dos mercados de energia, estando presente nos principais acontecimentos da área de energia do país e sendo responsável direta por um conjunto de ações relevantes nesse contexto.

A EPE se consolidou como interlocutor essencial nas pautas do setor energético e é fonte de informações confiáveis, consistentes e acessíveis para lidar com a complexidade crescente desse setor, bem como para interpretar a sua dinâmica.

Os desafios para 2021 são grandes, a começar novamente pela questão orçamentária, em função do valor definido no Projeto de Lei Orçamentária Anual - PLOA de 2021 para as despesas discricionárias da EPE, muito aquém das necessidades da empresa, pois sequer custeiam as despesas consideradas imprescindíveis ao funcionamento e operação da EPE, o que inviabilizará o cumprimento das obrigações e da realização das suas atividades, mesmo com todas as economias realizadas.

Além disso, outro grande desafio que está porvir é o retorno presencial, e a implantação do modelo de *home office* em alguns dias da semana, com o

fim da pandemia da Covid-19.

No que diz respeito aos desafios futuros da empresa, vale destacar que as evidências a respeito das mudanças climáticas e da contribuição das emissões antrópicas de gases de efeito estufa são, já há anos, um consenso da comunidade científica internacional. Além dos esperados desequilíbrios ecológicos e desarranjos dos sistemas naturais, as mudanças climáticas implicam riscos cada vez maiores para o bem-estar da população humana e às atividades econômicas. As repercussões incluem ameaças graves à segurança alimentar, infraestrutura, saúde humana, segurança energética, disponibilidade hídrica, entre outros.

Essa perspectiva levou a comunidade de países, após muitas tentativas e discussões, a estabelecer, em 2015, um arranjo de cooperação internacional com objetivo de mitigar as mudanças climáticas. Trata-se do Acordo de Paris, em que cada país apresentou sua NDC (Contribuição Nacionalmente Determinada) para um ano futuro de referência. O Brasil integra esse arranjo e se comprometeu a reduzir em 37% as suas emissões de carbono até 2025, em relação a 2005. O Acordo prevê marcos temporais para avaliação dos avanços e ampliação de ambições por parte dos países.

A necessidade premente de caminhar no sentido de reduzir a intensidade de carbono da economia global – ou se aproximar da neutralidade de carbono, e em parte a leitura de sua inevitabilidade a longo prazo, impulsionou – e continua impulsionando – políticas públicas de promoção de fontes de energia limpa e o desenvolvimento de soluções tecnológicas e projetos de infraestrutura que permitam aproveitar novos mercados que se moldam a partir dessa transição energética.

Pode haver diversidade de visões a respeito do ritmo possível ou desejável de avanço da descarbonização da economia e dos sistemas energéticos, mas o fato é que o mundo caminha nesse sentido. Nessa transição, haverá ganhadores e perdedores, cabendo ao Brasil se preparar para usar essa oportunidade a favor de seu projeto de desenvolvimento.

Ademais, é possível reconhecer que a agenda climática já influencia e deve influenciar cada vez mais a tônica do comércio e relações internacionais, tocando muitos temas de interesse nacional, como agricultura, tecnologia e energia.

A preparação para lidar com o tema da descarbonização exige proatividade

e capacidade de avaliar adequadamente a equação de custos e benefícios das alternativas disponíveis ao Brasil para reduzir suas emissões, não só aquelas decorrentes do uso de energia, e buscando contrapartidas dos demais países.

A construção de uma estratégia de descarbonização deve considerar diversos aspectos, que podem ser agrupados nas seguintes dimensões principais:

- Energética: Uma política energética consistente para descarbonização deve priorizar a busca por fontes não-emissoras e por maior eficiência energética;
- Ambiental: O aproveitamento dos recursos energéticos deve minimizar os impactos socioambientais e respeitar a legislação vigente;
- Econômica: As estratégias de descarbonização adotadas usualmente pelos países são associadas às trajetórias que atendam às suas respectivas prioridades econômicas; e
- Tecnológica: Os países buscam trajetórias de descarbonização que estejam adequadas às potencialidades locais e seus contextos industriais

e de desenvolvimento tecnológico.

Em 2020, o debate em torno da transição energética se fortaleceu substancialmente no Brasil, sobretudo a partir de uma busca por estabelecer uma abordagem consistente com o contexto nacional. Foram inúmeros os webinários, debates, artigos e estudos se debruçando sobre o tema. Mais que isso, observam-se movimentos de grandes empresas, bancos e fundos de investimento estabelecendo estratégias com foco na descarbonização da energia.

Nesse sentido, a maximização dos benefícios da transição energética para o Brasil se fortalece como elemento constituinte da estratégia de atuação da EPE, fornecendo insumos, sob a ótica do planejamento energético, para apoiar políticas e investimentos ao longo dos próximos anos no Brasil.

Dessa forma, não faltarão desafios para a EPE, mas a empresa possui bastante consciência da sua missão e do seu propósito institucional, entendendo que o instrumento do planejamento estratégico é uma peça fundamental para o êxito do negócio da empresa, uma vez que atua como um ponto inicial para todas as ações que uma EPE irá realizar para alcançar o seu futuro desejado.

Nesse sentido, cabe destacar que esta ferramenta auxilia no direcionamento do negócio, a identificar uma visão comum, a promover objetivos estratégicos, a elaborar ideias criativas e inovadoras, a explorar as oportunidades, a minimizar possíveis ameaças e a planejar as ações.

Afinal, com um bom planejamento estratégico, a comunicação por parte dos colaboradores se torna mais clara, pois todos irão possuir conhecimento sobre os objetivos e estratégias da instituição. Com isso, o engajamento por parte da equipe é aprimorado e todas as camadas da empresa passam a seguir os mesmos objetivos.

Isso ocorre também porque esta ferramenta auxilia a gestão a identificar gargalos em seu processo e oportunidades de melhoria, possibilitando a execução assertiva do orçamento

Além disso, ter um bom planejamento estratégico evita que sejam tomadas atitudes por impulso, protegendo a empresa contra as ameaças de mercado e melhorando as tomadas de decisão. Afinal, ao se basear em uma análise de dados e informações, a tomada de decisão é facilitada, deixando de ser abrangente e se tornando mais ágil, assertiva e voltada, especificamente, para os objetivos da empresa.

Assim, a EPE entende que deva concentrar esforços na qualidade do assessoramento direto ao MME, na promoção de uma transição energética brasileira aderente às potencialidades, fragilidades e vantagens competitivas do país no cenário energético nacional/regional e internacional, na implementação de processos de planejamento cada vez mais integrados (ex.: gás natural, energia elétrica e indústria; recursos energéticos distribuídos; novas tecnologias para mobilidade; avaliação ambiental estratégica, entre outros), e na redução das assimetrias de informação no mercado, reduzindo custos de transação e as incertezas, promovendo um ambiente de maior confiança para investimentos no setor energético brasileiro, com novos entrantes e maior competição.

A luz de toda transformação digital que passa o mundo, outro desafio que a EPE deve enfrentar, com mais afinco, são aplicações de *Data Science*. Da mesma forma, o fortalecimento dos processos de governança e conformidade também está presente na estratégia.

A EPE, como empresa pública federal, conta ainda com as dificuldades para a realização de concurso público e recomposição de seu quadro funcional. Contudo, mesmo com todas as dificuldades, continua entregando, cada vez mais, resultados à sociedade e às demais partes

interessadas, seja no âmbito nacional, quanto no plano internacional, aperfeiçoando, assim, a disposição e a distribuição de informações energéticas, aperfeiçoando a comunicação institucional e desenvolvendo a gestão da informação e do conhecimento. Isso, sempre garantindo a qualidade, confiabilidade e a efetividade no desenvolvimento de suas atividades.

A gestão e capacitação dos recursos humanos segue sendo pilar da estratégia da empresa, configurando-se cada vez mais como fator de risco, pela perda de talentos sem a respectiva reposição e formação de novos quadros por meio de concurso público.



PLANO DE NEGÓCIOS 2021

A Lei nº 10.847, de 15 de março de 2004, que autoriza a criação da Empresa, explicita, em seu art. 2º, que a Empresa de Pesquisa Energética - EPE tem por finalidade prestar serviços na área de estudos e pesquisas destinadas a subsidiar o planejamento do setor energético, tais como energia elétrica, petróleo e gás natural e seus derivados, carvão mineral, fontes energéticas renováveis e eficiência energética, dentre outras. Além disso, o parágrafo único do art. 4º estabelece expressamente que os estudos e pesquisas desenvolvidos pela EPE subsidiarão a formulação, o planejamento e a implementação de ações do Ministério de Minas e Energia - MME, no âmbito da política energética nacional.

Nessa linha, a atuação da EPE pode ser sumariamente descrita a seguir: estudos e projeções da matriz energética brasileira; balanço energético nacional; identificação e quantificação dos potenciais de recursos energéticos; determinação dos aproveitamentos ótimos dos potenciais hidráulicos; obtenção da licença prévia ambiental e a declaração de disponibilidade hídrica; planos de expansão da geração e transmissão de

energia elétrica de curto, médio e longo prazos; estudos para dar suporte ao gerenciamento da relação reserva e produção de hidrocarbonetos no Brasil, visando à autossuficiência sustentável; estudos de mercado visando definir cenários de demanda e oferta de petróleo, seus derivados e produtos petroquímicos; estudos para avaliar e incrementar a utilização de energia proveniente de fontes renováveis, inclusive, de eficiência energética.

O interesse público coletivo tutelado pelo Estado norteia a execução do planejamento na forma estabelecida no objeto social da Empresa e, portanto, justifica existência e continuidade como estatal federal, conforme estabelecido nos fundamentos de sua criação.

A EPE viabiliza os instrumentos que efetivam o exercício qualificado dos estudos de planejamento, realizando, por exemplo, análises e processos para a expansão do sistema elétrico, de modo a que não sobrevenham riscos para o abastecimento energético brasileiro.

(...) é da responsabilidade constitucional do Estado, como agente normativo e regulador da atividade econômica, a fiscalização, o incentivo e o planejamento das ações setoriais, tendo em vista um desenvolvimento nacional equilibrado e compatibilizado com os interesses regionais.

Em face dessa disposição, a EPE realiza uma abordagem integrada do planejamento energético, de modo a conciliar, estrategicamente, pesquisa, exploração, uso e desenvolvimento dos insumos energéticos, dentro de uma política nacional unificada e ajustada às diretrizes de governo e às necessidades do país. Trata-se, também, de garantir credibilidade, representatividade e transparência às ações envolvidas nesses processos.

Desse modo, o fortalecimento do Estado no planejamento energético nacional constitui-se em uma das orientações determinantes fixadas pela União.

(...) a EPE, empresa pública, fundada no direito privado, vinculada ao Ministério de Minas e Energia - MME, submetida aos ditames do art. 37 da Constituição Federal, tem a finalidade de elaborar os estudos e pesquisas de apoio ao planejamento do setor energético - energia

elétrica, petróleo e gás natural e seus derivados, fontes energéticas renováveis e eficiência energética.

Em sua função de subsidiar o planejamento energético, a EPE elabora análises que nortearão as escolhas do Estado com vistas à promoção da prestação eficiente do serviço público e do desenvolvimento eficaz do setor de energia, para melhor atender o bem-estar social, o interesse coletivo e o desenvolvimento sustentável.

(...) esta Empresa é sustentada por princípios e diretrizes estruturais, tais como: buscar a garantia e a segurança da oferta de energia nos padrões de qualidade e quantidade demandados pela sociedade; promover a expansão em consonância com as premissas do desenvolvimento sustentável e com a Política Nacional de Meio Ambiente; sinalizar aos agentes um quadro de referência para seus investimentos; buscar a preservação do equilíbrio estrutural entre oferta e demanda de energia; buscar a preservação do equilíbrio econômico-financeiro do setor e a modicidade de preços e tarifas; estimular a eficiência energética; incentivar o aproveitamento de fontes renováveis; promover a universalização do acesso e uso aos

bens e serviços energéticos; estimular a diversificação da matriz energética.

As atividades desenvolvidas pela empresa estão alinhadas ao interesse público e ao seu objeto social. Dessa forma, suas competências estão as especificadas no art. 4º da sua Lei de criação nº 10.847, de 15 de março de 2004, quais sejam:

I - realizar estudos e projeções da matriz energética brasileira;

II - elaborar e publicar o balanço energético nacional;

III - identificar e quantificar os potenciais de recursos energéticos;

IV - dar suporte e participar das articulações relativas ao aproveitamento energético de rios compartilhados com países limítrofes;

V - realizar estudos para a determinação dos aproveitamentos ótimos dos potenciais hidráulicos;

VI - obter a licença prévia ambiental e a declaração de disponibilidade hídrica necessárias às licitações envolvendo empreendimentos de geração hidrelétrica e de transmissão de energia elétrica, selecionados pela EPE;

VII - elaborar estudos necessários para o desenvolvimento dos planos de expansão da geração e transmissão de energia elétrica de curto, médio e longo prazos;

VIII - promover estudos para dar suporte ao gerenciamento da relação reserva e produção de hidrocarbonetos no Brasil, visando à autossuficiência sustentável;

IX - promover estudos de mercado visando definir cenários de demanda e oferta de petróleo, seus derivados e produtos petroquímicos;

X - desenvolver estudos de impacto social, viabilidade técnicoeconômica e socioambiental para os empreendimentos de energia elétrica e de fontes renováveis;

XI - efetuar o acompanhamento da execução de projetos e estudos de viabilidade realizados por agentes interessados e devidamente autorizados;

XII - elaborar estudos relativos ao plano diretor para o desenvolvimento da indústria de gás natural no Brasil;

XIII - desenvolver estudos para avaliar e incrementar a utilização de energia proveniente de fontes renováveis;

XIV - dar suporte e participar nas articulações visando à integração energética com outros países;

XV - promover estudos e produzir informações para subsidiar planos e programas de desenvolvimento energético ambientalmente sustentável, inclusive, de eficiência energética;

XVI - promover planos de metas voltadas para a utilização racional e conservação de energia, podendo estabelecer parcerias de cooperação para este fim;

XVII - promover estudos voltados para programas de apoio para a modernização e capacitação da indústria nacional, visando maximizar a participação desta no esforço de fornecimento dos bens e equipamentos necessários para a expansão do setor energético;

XVIII - desenvolver estudos para incrementar a utilização de carvão mineral nacional; e

XIX - elaborar e publicar estudos de inventário do potencial de energia elétrica, proveniente de fontes alternativas, aplicando-se também a essas fontes o disposto no art. 28 da Lei no 9.427, de 26 de dezembro de 1996. (Incluído pela Lei nº 11.943, de 2009)

Parágrafo único. Os estudos e pesquisas desenvolvidos pela EPE subsidiarão a formulação, o planejamento e a implementação de ações do Ministério de Minas e Energia, no âmbito da política energética nacional.

O arcabouço que constitui a Política Energética Nacional é amplo número de leis, decretos e normas infralegais. É importante mencionar a Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, que enuncia os princípios e objetivos da Política Energética Nacional.

Art. 1º As políticas nacionais para o aproveitamento racional das fontes de energia visarão aos seguintes objetivos:

/ - preservar o interesse nacional;

Il - promover o desenvolvimento, ampliar o mercado de trabalho e valorizar os recursos energéticos;

III - proteger os interesses do consumidor quanto a preço, qualidade e oferta dos produtos;

IV - proteger o meio ambiente e promover a conservação de energia;

V - garantir o fornecimento de derivados de petróleo em todo o território nacional, nos termos do § 2º do art. 177 da Constituição Federal;

VI - incrementar, em bases econômicas, a utilização do gás natural;

VII - identificar as soluções mais adequadas para o suprimento de energia elétrica nas diversas regiões do País;

VIII - utilizar fontes alternativas de energia, mediante o aproveitamento econômico dos insumos disponíveis e das tecnologias aplicáveis;

IX - promover a livre concorrência;

X - atrair investimentos na produção de energia;

XI - ampliar a competitividade do País no mercado internacional.

XII - incrementar, em bases econômicas, sociais e ambientais, a participação dos biocombustíveis na matriz energética nacional.

XIII - garantir o fornecimento de biocombustíveis em todo o território nacional;

XIV - incentivar a geração de energia elétrica a partir da biomassa e de subprodutos da produção de biocombustíveis, em razão do seu caráter limpo, renovável e complementar à fonte hidráulica;

XV - promover a competitividade do País no mercado internacional de biocombustíveis;

XVI - atrair investimentos em infraestrutura para transporte e estocagem de biocombustíveis;

XVII - fomentar a pesquisa e o desenvolvimento relacionados à energia renovável;

XVIII - mitigar as emissões de gases causadores de efeito estufa e de poluentes nos setores de energia e de transportes, inclusive com o uso de biocombustíveis.

Essa mesma lei define as condições gerais para o funcionamento do setor de exploração e produção de petróleo no Brasil. Além dessa, podemos nos referenciar à Lei do Gás (Lei nº 11.909, de 4 de março de 2009) e a Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, que estabelece as condições gerais para funcionamento do setor elétrico. A esse arcabouço basilar somam-se diversos outros instrumentos da Política Energética Nacional, a exemplo da

Política Nacional de Biocombustíveis (RenovaBio), na Lei nº 13.576, de 26 de dezembro de 2017.

Por sua vez, a Lei de criação da EPE é bastante explícita sobre a aderência do trabalho desempenhado pela EPE no alcance dos objetivos da Política Energética Nacional.

Dessa forma, a empresa busca sistematizar a forma como os principais produtos e serviços prestados pela EPE se alinham aos objetivos das políticas públicas conforme segue, de forma não exaustiva:

- Subsídios para a formulação de políticas de energia, de forma integrada e com perspectiva de longo prazo
 - Elaboração do Plano Decenal de Expansão de Energia PDE, com periodicidade anual, com projeções, análises prospectivas, balanço estrutural de oferta e demanda, riscos de suprimento e cenários de investimento, de forma integrada e indicativa.
 - Elaboração do Plano Nacional de Energia PNE, com periodicidade definida pelo Ministério de Minas e Energia, com análises prospectivas e de cunho mais estratégico, baseadas em cenários de longuíssimo prazo (+30 anos), considerando

- variáveis e incertezas críticas como evolução e disrupção tecnológica, mudanças estruturais na produção e consumo de energia e geopolítica da energia, entre outros aspectos.
- Assessoramento direto em comitês, comissões, conselhos e iniciativas relacionadas a reformas setoriais ou construção de novas políticas, a exemplo do RenovaBio, Novo Mercado de Gás, GT Modernização do Setor Elétrico, Abastece Brasil, Programa de Revitalização da Exploração e Produção de Petróleo e Gás em Áreas Terrestres REATE, entre outros. A participação e assessoramento do Conselho Nacional de Política Energética CNPE também é ação relevante da EPE.
- Mapeamento de recursos energéticos nacionais, por meio de estudos como o Zoneamento Nacional de Recursos de Óleo e Gás, Roadmap Eólica Offshore, Potenciais de Eficiência Energética, Estudos de Inventário Hidrelétrico de Bacias Hidrográficas (definição do aproveitamento ótimo da hidroeletricidade), Bases de Dados Anemométricos (medições de vento em inúmeros pontos do território nacional), entre outros.
- Implementação da Política Energética Nacional

- Elaboração dos estudos de Expansão do Sistema de Transmissão, identificando o crescimento da demanda, da geração de energia e os gargalos que porventura venham a surgir, apresentando a concepção básica da solução a ser futuramente licitada em leilão.
- Habilitação Técnica dos projetos cadastrados para Leilões de Energia Nova e de Energia de Reserva, bem como apoio à definição das diretrizes gerais desse Leilões e ao preço-teto a ser praticado.
- Planos de Expansão da Malha de Gasodutos e Oleodutos, visando identificar oportunidades e gargalos de infraestrutura de dutos, assim como reduzir a assimetria de informações que dificultam a coordenação dos investimentos necessários.
- Planos de Eficiência Energética, em forte articulação com outros agentes setoriais (ex.: MME, Procel e INMETRO), visando identificar soluções de melhor relação custo e benefício para o país e para a competitividade da economia.
- Estudos técnicos de apoio às tratativas referentes ao Anexo C do Tratado de Itaipu.

- Implementação de Programa de Trabalho do Brasil com a Agência Internacional de Energia - AIE.
- Monitoramento, Avaliação e Comunicação dos Resultados da Política
 Energética Nacional
 - Elaboração anual do Balanço Energético Nacional, o mais completo instrumento de monitoramento da Política Energética Nacional, garantindo séries históricas públicas, consistentes e detalhadas de todas as cadeias energéticas, permitindo conhecer a evolução da participação de cada setor e cada fonte no suprimento energético do país.
 - Relatórios de Conjuntura dos Biocombustíveis e da Indústria de Petróleo, contendo análise detalhada da evolução, tendências, desafios setoriais e aspectos geopolíticos.
 - Anuário Estatístico de Energia Elétrica, consolidação, integração, organização, análise e publicação de séries detalhadas do mercado de energia elétrica brasileiro.
 - Participação nos Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico CMSE e Comitê de Monitoramento do Novo Mercado de Gás,
 apoiando os diagnósticos necessários para a garantia da segurança do

suprimento de energia elétrica e gás natural, respectivamente.

- Redução da assimetria de informação no mercado e redução de barreiras de entrada
 - Todos os estudos, projeções e bases de dados produzidos ou mantidos pela EPE são convertidos em publicações, sistemas de informação abertos a consulta e utilizados amplamente em apresentações e debates em eventos, entrevistas a diversos canais de comunicação, reuniões com agentes, vídeos.

É nesse contexto que nasce o Plano de Negócios 2021, atendendo ao estabelecido no inciso II do parágrafo 1º do Art. 23 da Lei nº 13.303/2016, separando-o, a partir deste ano, da Estratégia de Longo Prazo, que se intitula por Planejamento Estratégico Institucional - PEI 2021-2025, cuja proposição é tratada em documento à parte.

O Plano de Negócios 2021 da EPE torna-se, assim, o instrumento estratégico do Conselho de Administração que orienta as ações anuais da Diretoria Executiva e apresenta o conjunto dos recursos orçamentários, humanos, logísticos e de tecnologia de informações e comunicações que viabilizarão as ações planejadas.

Além disso, ele dá a instrução à Diretoria Executiva para elaborar os planos táticos de 2021, à luz dos instrumentos de Gestão Estratégica da EPE, e acompanhar suas evoluções por meio de indicadores que reflitam o cumprimento do escopo, cronograma e orçamento dos projetos e programas que os compõem, com vistas ao atingimento dos objetivos estratégicos e alcance da visão institucional.

Em linhas gerais, com vistas à realização do PEI 2021-2025, pode-se afirmar que as ações - projetos e programas estratégicos - dentro do Plano de Negócios 2021 se dividem em 3 grandes categorias:

- (a) Planos e estudos referenciais recorrentes para o Planejamento Energético, considerando também os inventários e empreendimentos;
- (b) Suporte ao Ministério de Minas e Energia MME e demais órgãos públicos, ou seja, os serviços e estudos sob demanda de instituições públicas; e
- (c) Programas e projetos com objetivos transformacionais, ou seja, as ações transformadoras que fazem parte do Plano Diretor Institucional PDI.

Assim, para o ano de 2021, o Comitê Executivo de Gestão Estratégica - CGE-X propôs à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração uma carteira inicial com 33 planos e estudos referenciais e 34 ações que visam o assessoramento da EPE ao MME e demais órgãos de governo. Vale destacar que esta lista de produtos e serviços não é exaustiva e pode variar ao longo de 2021 em função, principalmente, da agenda da Política Pública. Além disso, é importante ressaltar que, uma vez que os recursos orçamentários e humanos da empresa são finitos, novas prioridades podem comprometer a execução de ações previstas.

No que tange ao PDI, mister destacar que para que um projeto seja considerado transformador, ele não precisa envolver muitos recursos financeiros, mas tem que alcançar as pessoas e causar um grande impacto na sociedade ou na própria organização. Essa é a chave, e é aí que entram um planejamento cuidadoso e uma pesquisa detalhada. Além disso, em função dos objetivos, um projeto transformador pode ser dividido em outros menores, visando reduzir riscos e permitir maior qualidade no gerenciamento.

Assim, os projetos estratégicos da EPE formam um conjunto de esforços direcionados os objetivos estratégicos e que sintetizam as prioridades da

empresa. Já os projetos transformadores podem ser percebidos como um subconjunto dos estratégicos e indicam as ações que promovem transformação bastante visível da empresa e demandam monitoramento especial para serem bem sucedidos.

Vale destacar que, no que tange à carteira de ações transformadoras, optou-se por aguardar a definição do orçamento da empresa para 2021, o que ocorrerá com a publicação da Lei Orçamentária Anual – LOA, visto que grande parte dos programas e projetos incluídos nesta categoria necessitará de recursos financeiros para a execução.

Assim, o PDI 2021 deverá ser estruturado pelo CGE-X, sob orientação da Diretoria Executiva, até o fim do primeiro trimestre de 2021 e apresentado ao Conselho de Administração, que acompanhará semestralmente seus resultados consolidados, em termos de percentual de execução física, assim como ocorrerá com os demais planos táticos que compõem o Plano de Negócios 2021.

Além disso, é importante destacar que o Plano de Negócios 2021 apresenta não apenas a carteira de projetos e programas estratégicos para o exercício de 2021, mas também as estratégias de comunicação -

Plano de Comunicação Externa – e os recursos orçamentários, humanos, logísticos e tecnológicos disponíveis e necessários para fazer frente aos desafios do ano.

Ao final, o documento conta com uma breve análise dos riscos estratégicos associados à sua execução. Entende-se que, caso as ações previstas no Plano de Negócios 2021 não sejam realizadas, corre-se o risco de comprometer a Estratégia de Longo Prazo, definida no âmbito do PEI 2021-2025, o que além de impactar no atingimento das metas e resultados organizacionais, pode reduzir o valor da marca e afetar a perenidade e a continuidade dos negócios.

A seguir, o Mapa Estratégico da EPE associado ao PEI 2021-2025 e, na sequência, o detalhamento das 67 ações mapeadas nos "Planos e Estudos referenciais recorrentes para o Planejamento Energético" e nos "Produtos e Serviços de suporte ao MME e demais órgãos públicos", contendo não apenas suas descrições, mas também suas previsões de realização e os seus alinhamentos aos objetivos da Estratégia de Longo Prazo: PEI 2021-2025.





MISSÃO

Realizar estudos e pesquisas de alta qualidade visando subsidiar o Planejamento, o Desenvolvimento e a Política Energética Nacional

VISÃO

Ser uma organização proativa, inovadora e reconhecida por sua excelência técnica em estudos e pesquisas no setor energético

PROPÓSITO

O futuro da energia começa na EPE



SOCIEDADE



Fortalecer o diálogo com os múltiplos

agentes do setor energético e demais partes

interessadas, buscando consensos na

promoção da transição energética nacional







Estimular a modernização do ambiente de negócios e dos mecanismos de desenvolvimento da infraestrutura de energia no Brasil

PROCESSOS FINALÍSTICOS





Aprimorar a indicação de oportunidades de investimento no setor de energia, de forma integrada e isenta, visando à segurança energética nacional

Reduzir a assimetria de informações, favorecendo as tomadas de decisão nos setores de energia

Contribuir para a inovação, a transição energética e o desenvolvimento de novos modelos de negócios no setor energético

Aprimorar o assessoramento ao Ministério de Minas e Energia e às entidades responsáveis pela formulação da Política Energética



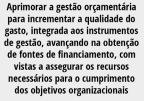
APOIO À GESTÃO

Fortalecer a cultura de governança, visando a consolidação da gestão estratégica, de riscos e integridade, em consonância com as diretrizes governamentais e as melhores práticas do mercado

Aprimorar a gestão do conhecimento, a cultura de inovação e a eficiência corporativa, consolidando instrumentos de gestão e a integração entre as áreas

Fortalecer a infraestrutura de TIC, ampliando as soluções tecnológicas e a entrega de sistemas de informação, suporte a Data Science e processamento de alto desempenho

Aperfeiçoar a gestão de pessoas, mediante a valorização do ser humano, visando o aprimoramento contínuo do conhecimento, a retenção dos talentos e o desenvolvimento gerencial























DIÁLOGO. ÉTICA. COMPROMETIMENTO. INOVAÇÃO. RESPEITO AO SER HUMANO





N°.	PRODUTO OU SERVIÇO	DESCRIÇÃO DESCRIÇÃO
01	Plano Decenal de Expansão de Energia (PDE) 2031	O Plano Decenal de Expansão de Energia (PDE) é um documento indicativo elaborado anualmente pela EPE sob as diretrizes do Ministério de Minas e Energia. Seu objetivo é identificar e avaliar as perspectivas da expansão do setor de energia no horizonte de dez anos, dentro de uma visão integrada para os diversos energéticos. Ao mostrar, por meio de análises de sensibilidade, como o planejamento vislumbra o desenvolvimento do sistema de energia brasileiro sob condições distintas de sua evolução, o PDE fornece importantes sinalizações para orientar as ações e decisões dos agentes no sentido de compatibilizar as projeções de crescimento econômico do País e a necessária expansão de oferta, de forma a garantir à sociedade o suprimento energético com adequados custos, em bases técnica e ambientalmente sustentável. Base Legal: Lei nº 10.847/2004; Decreto nº 5.184/2004.
02	Estudos relacionados ao PNE 2050	Apoio aos estudos de longo prazo. Exemplo: atividades do PNE 2050. Base Legal: Lei nº 10.847/2004; Decreto nº 5.184/2004.
Leilões de Energia do Ambiente Regulado 03 2021 (Energia Nova, Energia Existente, Reserva de Capacidade)		Apoio no Planejamento e Desenho dos Leilões de Energia de 2021. Habilitação Técnica dos Projetos (estimativa de 4.000 projetos). Base Legal: Portaria MME n° 381/2019, a EPE é integrante da Comissão Especial dos Leilões de Energia Elétrica (CELEE), que define as Diretrizes Estratégicas dos leilões. Decreto n° 5.163/2004 estabelece que EPE é responsável por habilitar os projetos para os leilões.
04	Leilões de Energia do Ambiente Regulado 2022 (Energia Nova, Energia Existente, Reserva de Capacidade)	Apoio no Planejamento e Desenho dos Leilões de Energia de 2022. Base Legal: Portaria MME nº 381/2019, a EPE é integrante da Comissão Especial dos Leilões de Energia Elétrica (CELEE), que define as Diretrizes Estratégicas dos leilões.
05	AMA - Acompanhamento e tratamento de dados	Rotina de acompanhamento de medições, com análise de dados e solicitações aos agentes. Aprimoramentos para automação das análises, melhorias do sistema, publicações trimestrais.
06	Base de dados com o histórico de garantia física para todas as fontes	Para UHE e PCH, a base de dados está em planilhas e precisa ser estruturada em SQL. Para as demais fontes já está estruturada em SQL Lite.

	Nº.	PRODUTO OU SERVIÇO	DESCRIÇÃO DESCRIÇÃO
	07	Base de Dados para Simulações Elétricas do SIN	A configuração da rede elétrica representada nos estudos da transmissão deve ser atualizada periodicamente a partir dos resultados dos estudos de expansão regionais (relatórios R1), das projeções de mercado e do plano de geração. A representação adequada do SIN é fundamental para assegurar a qualidade não só do diagnóstico das condições de desempenho do sistema, como também das soluções de expansão recomendadas. Base Legal: Lei nº 10.847/2004.
08 Base de dados técnicos de UHE, UTE, PCH gera algu UTE foi e		Base de dados técnicos de UHE, UTE, PCH	A base de dados de UHE para fins de uso nos estudos de planejamento da expansão e de cálculo de GF, restrita aos dados que são necessários aos modelos, foi estruturada pela STI sob a forma de sistema, BDT, que inclusive gera alguns arquivos de entrada do NW. Está em uso e sendo aprimorada continuamente. A base de dados de UTE foi estruturada em SQL pela STI e está em fase de validação e homologação. A base de dados de PCH ainda precisa ser estruturada em SQL, atualmente as informações estão em planilhas.
09 Boo		EVTE UHE Bem Querer _ Estudos complementares: Estudos de Proteção de Boa Vista + consultoria para apoio a fiscalização e estudos complementares de conexão	A contratação desse estudo e do consultor depende dos resultados dos estudos de remanso em elaboração no âmbito do EIA (contrato SMA) para definição da abrangência do escopo do estudo. Em maio/20 a previa-se que a contratação ocorreria em jun/21, entretanto esta data poderá ser reavaliada a depender do cronograma atualizado do EIA; Os estudos complementares de conexão estão previstos para iniciar em janeiro/2022, entretanto, poderá ser antecipado. A conclusão do Relatório Final do EVTE Bem Querer para entrega na Aneel, aguarda a finalização do EIA para definição do prazo e data de início da sua realização.
	10	Leilão dos Sistemas Isolados 2021	Apoio no Planejamento e Desenho do Leilão, incluindo publicação de documentos. Habilitação técnica das soluções de suprimento (estimativa 300 projetos). Base Legal: Portaria MME n° 067/2018 a EPE é responsável por habilitar as soluções de suprimento para os leilões dos Sistemas Isolados.
	11	Manutenção do MDI e elaboração de novas ferramentas	O MDI é uma ferramenta computacional desenvolvida pela EPE para determinar a expansão de mínimo custo (geração e interligações regionais) do sistema hidrotérmico nacional. Esta ferramenta é atualmente utilizada no PDE e no PNE e é constantemente atualizada para atender os desafios do planejamento da expansão. Base Legal: Lei n° 10.847/2004; Decreto n° 5.184/2004.

N°.	PRODUTO OU SERVIÇO	DESCRIÇÃO DESCRIÇÃO
12	Programa de Expansão da Transmissão (PET/PELP)	O PET/PELP é um documento publicado pela EPE, duas vezes ao ano, que contempla todas as obras de expansão do SIN definidas em estudos de planejamento da EPE, mas que ainda não foram outorgadas (licitadas ou autorizadas). O PET contempla as obras determinativas, abrangendo o período dos seis primeiros anos à frente do ano em curso. Já o PELP foca nas obras de caráter indicativo (poderão ser reavaliadas), compreendendo o período a partir do sétimo ano. Base Legal: Lei nº 10.847/2004.
13	Acompanhamento dos Relatórios R2 a R5	Os relatórios R2 a R5 são documentos necessários à instrução dos leilões de transmissão e apresentam informações complementares às constantes no relatório R1. Esses relatórios são elaborados por agentes do setor elétrico, por solicitação do MME, e contam com o acompanhamento da EPE a fim de assegurar que todos os relatórios mantenham um alinhamento entre si. Base Legal: Lei nº 10.847/2004; Portaria MME nº 215/2020.
14	Estudos de Planejamento da Expansão da Transmissão – Relatórios R1	Os relatórios R1 são documentos que apresentam os resultados dos estudos de planejamento da expansão da transmissão realizados pela EPE (viabilidade técnico-econômica) com o objetivo de solucionar problemas elétricos previamente identificados no SIN. Base Legal: Lei nº 10.847/2004.
15	Planejamento dos Sistemas Isolados - Ciclo 2021	Avaliação das propostas de planejamento para atendimento dos Sistemas Isolados apresentadas pelas Distribuidoras (mais de 270 localidades analisadas). Base Legal: Portaria MME nº 067/2018, a EPE é responsável pela realização do Planejamento dos Sistemas Isolados.
16	Anuário Estatístico de Energia Elétrica edição 2021	Projeto que consolida as principais estatísticas nacionais e internacionais relacionadas ao setor elétrico, apresentadas em diferentes formatos ao longo do ano. Base Legal: Lei nº 10.847/2004.

N°.	PRODUTO OU SERVIÇO	DESCRIÇÃO DESCRIÇÃO
17	Balanço Energético Nacional edição 2021	Projeto que reúne as estatísticas energéticas oficiais do país, apresentadas em diferentes formatos ao longo do ano. Base Legal: Lei nº 10.847/2004.
18	Estudos socioambientais da UHE Bem Querer	Os estudos socioambientais da UHE Bem Querer são compostos de um conjunto de estudos específicos, visando à obtenção de licença prévia do empreendimento. Em 2021, o estudo específico trata da avaliação do potencial malarígeno na área de influência da usina. Base Legal: Portaria Interministerial nº 60/2015 e Portaria SVS/MS nº 01/2014.
19	Estudos socioambientais da UHE Castanheira	Os estudos socioambientais da UHE Castanheira são compostos de um conjunto de estudos específicos, visando à obtenção de licença prévia do empreendimento. Em 2021, a atividade específica refere-se à realização de audiências públicas sobre o empreendimento. Base Legal: Resoluções Conama nº 01/1986, 09/1987 e 237/1997.
20	Resenhas Mensais e Boletins Trimestrais do Mercado de Energia Elétrica	Produtos que apresentam as principais estatísticas relacionadas ao mercado de energia elétrica, bem como seu monitoramento ao longo do ano, nos cortes mensal (Resenha) e trimestral (Boletins). Base Legal: Lei nº 10.847/2004.
21	Revisões Quadrimestrais da Carga 2021- 2025 e PLAN 2026	Projetos elaborados em conjunto com ONS e CCEE com o objetivo atualizar regularmente as projeções de carga de energia elétrica do Sistema Interligado Nacional (SIN) a partir do monitoramento de indicadores econômicos, de consumo e de carga de energia elétrica. Base Legal: Lei nº 10.847/2004. Acordo de Cooperação Técnica EPE-ONS-CCEE
22	Atlas da Eficiência Energética no Brasil edição 2021	Este relatório possui um capítulo de benchmarking internacional, que é o resultado de uma cooperação detalhada sobre dados e políticas entre a Agência Internacional de Energia (AIE) e a EPE. Representa um marco no relacionamento entre as duas instituições e é o resultado da primeira troca abrangente de dados entre a AIE e um país associado (não membro) na América Latina e do intercâmbio contínuo de conhecimento por meio do Programa de Eficiência Energética nas Economias Emergentes. Base Legal: Lei nº 10.847/2004.

N°.	PRODUTO OU SERVIÇO	DESCRIÇÃO
23	Análise de Conjuntura dos Biocombustíveis	Publicação anual que tem por objetivo apresentar uma síntese dos eventos mais relevantes no mercado de combustíveis renováveis, que ocorreram no ano anterior à sua publicação, São analisados os indicadores técnico-econômicos do etanol, do biodiesel e da bioeletricidade, assim como aspectos ligados ao mercado internacional de biocombustíveis, às emissões de gases de efeito estufa evitadas pela utilização dessas fontes renováveis de energia e à Política Nacional de Biocombustíveis (RenovaBio).
24	Boletim de Conjuntura da Indústria de Óleo e Gás (BOG)	O Boletim de Conjuntura da Indústria do Óleo & Gás, apresenta, semestralmente, análises dos principais temas da indústria petrolífera mundial, com ênfase em aspectos técnicos, econômicos e geopolíticos, tendo como compromissos o grau de relevância, a credibilidade e a adequação ao público leitor. Com conteúdo sucinto e de fácil entendimento, tal publicação busca informar a sociedade, bem como subsidiar estudos para o planejamento energético nacional. Base Legal: Lei nº 10.847/2004.
25	Brazilian Oil & Gas Report (BOR)	O Brazilian Oil & Gas Report, publicado anualmente, busca acompanhar os últimos fatos relevantes e apresentar as tendências da indústria de óleo e gás brasileira. O relatório discute as flutuações de preços, a produção, o comércio e a demanda no setor de óleo e gás no Brasil, com o objetivo de reduzir a assimetria de informações para promover políticas públicas eficazes.
26	Cenários de Oferta de Etanol e Demanda do Ciclo Otto	Publicação anual que visa contribuir para a identificação das oportunidades e ameaças ao abastecimento nacional dos veículos leves de ciclo Otto, assim como para a discussão acerca das alternativas de políticas públicas. O documento apresenta três cenários de oferta de etanol e seus desdobramentos para a demanda do ciclo Otto e sobre o balanço nacional de gasolina A.
27	Fatos Relevantes da Indústria de Óleo e Gás (FROG)	A publicação Fatos Relevantes da Indústria do Óleo & Gás divulga, mensalmente, os principais eventos ocorridos na indústria de petróleo e gás natural, no contexto internacional e nacional, contemplando os segmentos de upstream, midstream e downstream, bem como informações macroeconômicas, geopolíticas e regulatórias. Base Legal: Lei nº 10.847/2004.

N°.	PRODUTO OU SERVIÇO	DESCRIÇÃO DESCRIÇÃO
28	Informe de Indicadores de E&P 2020	Este relatório tem o objetivo de divulgar a evolução dos seguintes indicadores de E&P: relação R/P; índice IRR; período entre a adjudicação do bloco e o primeiro óleo ou gás; FR médio das bacias; percentual de participação das exportações brasileiras de petróleo no mercado internacional; percentual de participação no Brasil dos investimentos anuais da indústria do petróleo em E&P no mundo. Base Legal: Resolução CNPE nº 17/2017.
29	Informe sobre Demanda de Energia dos Veículos Leves	Publicação anual que visa apresentar cenários de demanda de ciclo Otto, de forma a contribuir para a identificação de oportunidades e ameaças sobre o abastecimento nacional de combustíveis. O estudo considera diferentes trajetórias de licenciamento, em função do cenário econômico e de avanços tecnológicos, como a penetração de veículos híbridos e elétricos.
30	Informe sobre Investimentos e Custos Operacionais e de Manutenção no Setor de Biocombustíveis	Publicação anual que visa apresentar a metodologia de cálculo, premissas e estimativas de investimentos (CAPEX) e custos operacionais e de manutenção (OPEX) relativas ao etanol de cana-de-açúcar (1G, 2G), etanol de milho, biodiesel e biogás (setor sucroenergético).
31	Plano Indicativo de Processamento e Escoamento de Gás Natural (PIPE)	Este estudo tem como objetivo compilar os projetos anunciados e indicativos referentes a unidades de processamento de gás natural (UPGN) e gasodutos de escoamento, assim como apresentar estimativas de custo e características dos projetos como traçado, extensão e diâmetro. Base Legal: Lei nº 10.847/2004; Decreto nº 10.526/2020.
32	Plano Indicativo de Terminais de GNL no Brasil (PIT)	Este estudo tem como objetivo compilar os projetos anunciados e indicativos referentes a terminais de GNL, assim como apresentar estimativas de custo e características dos projetos como localização e capacidade. Base Legal: Lei nº 10.847/2004; Decreto nº 10.526/2020.
33	Zoneamento Nacional de Recursos de Óleo e Gás 2019-2021	Este relatório com periodicidade bienal apresenta uma base de informações georreferenciadas que permite representar zonas, na forma de mapas, sobre a importância relativa das diversas áreas do país para o desenvolvimento econômico nacional do setor de petróleo e gás. Tal base de informações constitui-se em importante instrumento para o planejamento energético, no contexto do PDE e do PNE. Base Legal: Resolução CNPE nº 17/2017.

N°.	PRODUTO OU SERVIÇO	1° TRIM	2° TRIM	3° TRIM	4° TRIM	N/A	ORÇ.
01	Plano Decenal de Expansão de Energia (PDE) 2031				•		
02	Estudos relacionados ao PNE 2050					•	
03	Leilões de Energia do Ambiente Regulado 2021 (Energia Nova, Energia Existente, Reserva de Capacidade)					•	
04	Leilões de Energia do Ambiente Regulado 2022 (Energia Nova, Energia Existente, Reserva de Capacidade)					•	
05	AMA - Acompanhamento e tratamento de dados					•	
06	Base de dados com o histórico de garantia física para todas as fontes					•	
07	Base de Dados para Simulações Elétricas do SIN			•			
08	Base de dados técnicos de UHE, UTE, PCH					•	
09	EVTE UHE Bem Querer _ Estudos complementares: Estudos de Proteção de Boa Vista + consultoria para apoio a fiscalização e estudos complementares de conexão						
10	Leilão dos Sistemas Isolados 2021						

N°.	PRODUTO OU SERVIÇO	1º TRIM	2° TRIM	3° TRIM	4° TRIM	N/A	ORÇ.
11	Manutenção do MDI e elaboração de novas ferramentas					•	
12	Programa de Expansão da Transmissão (PET/PELP)		•		•		
13	Acompanhamento dos Relatórios R2 a R5	•	•	•	•		
14	Estudos de Planejamento da Expansão da Transmissão – Relatórios R1	•	•	•	•		
15	Planejamento dos Sistemas Isolados - Ciclo 2021				•		
16	Anuário Estatístico de Energia Elétrica edição 2021			•	•		
17	Balanço Energético Nacional edição 2021			•	•		
18	Estudos socioambientais da UHE Bem Querer				•		
19	Estudos socioambientais da UHE Castanheira				•		•
20	Resenhas Mensais e Boletins Trimestrais do Mercado de Energia Elétrica	•					

N°.	PRODUTO OU SERVIÇO	1º TRIM	2° TRIM	3° TRIM	4° TRIM	N/A	ORÇ.
21	Revisões Quadrimestrais da Carga 2021-2025 e PLAN 2026	•	•	•			
22	Atlas da Eficiência Energética no Brasil edição 2021				•		
23	Análise de Conjuntura dos Biocombustíveis						
24	Boletim de Conjuntura da Indústria de Óleo e Gás (BOG)	•		•			
25	Brazilian Oil & Gas Report (BOR)			•			
26	Cenários de Oferta de Etanol e Demanda do Ciclo Otto				•		
27	Fatos Relevantes da Indústria de Óleo e Gás (FROG)	•	•	•	•		
28	Informe de Indicadores de E&P 2020						
29	Informe sobre Demanda de Energia dos Veículos Leves						
30	Informe sobre Investimentos e Custos Operacionais e de Manutenção no Setor de Biocombustíveis				•		

	N°.	PRODUTO OU SERVIÇO	1º TRIM	2° TRIM	3° TRIM	4° TRIM	N/A	ORÇ.
े	31	Plano Indicativo de Processamento e Escoamento de Gás Natural (PIPE)						
	32	Plano Indicativo de Terminais de GNL no Brasil (PIT)			•			
	33	Zoneamento Nacional de Recursos de Óleo e Gás 2019-2021						

Nº.	PRODUTO OU SERVIÇO	S01	S02	PF01	PF02	PF03	PF04
01	Plano Decenal de Expansão de Energia (PDE) 2031	•	•		•	•	•
02	Estudos relacionados ao PNE 2050	•		•	•	•	•
03	Leilões de Energia do Ambiente Regulado 2021 (Energia Nova, Energia Existente, Reserva de Capacidade)	•	•	•	•	•	
04	Leilões de Energia do Ambiente Regulado 2022 (Energia Nova, Energia Existente, Reserva de Capacidade)	•	•		•		•
05	AMA - Acompanhamento e tratamento de dados		•		•		•
06	Base de dados com o histórico de garantia física para todas as fontes						•
07	Base de Dados para Simulações Elétricas do SIN						•
08	Base de dados técnicos de UHE, UTE, PCH				•		•
09	EVTE UHE Bem Querer _ Estudos complementares: Estudos de Proteção de Boa Vista + consultoria para apoio a fiscalização e estudos complementares de conexão					•	•
10	Leilão dos Sistemas Isolados 2021						

Nº.	PRODUTO OU SERVIÇO	S01	S02	PF01	PF02	PF03	PF04
11	Manutenção do MDI e elaboração de novas ferramentas	•			•	•	•
12	Programa de Expansão da Transmissão (PET/PELP)					•	•
13	Acompanhamento dos Relatórios R2 a R5						•
14	Estudos de Planejamento da Expansão da Transmissão – Relatórios R1						•
15	Planejamento dos Sistemas Isolados - Ciclo 2021	•	•	•	•	•	•
16	Anuário Estatístico de Energia Elétrica edição 2021						•
17	Balanço Energético Nacional edição 2021				•		•
18	Estudos socioambientais da UHE Bem Querer						
19	Estudos socioambientais da UHE Castanheira						
20	Resenhas Mensais e Boletins Trimestrais do Mercado de Energia Elétrica						•

Nº.	PRODUTO OU SERVIÇO	S01	S02	PF01	PF02	PF03	PF04
21	Revisões Quadrimestrais da Carga 2021-2025 e PLAN 2026				•		•
22	Atlas da Eficiência Energética no Brasil edição 2021				•		
23	Análise de Conjuntura dos Biocombustíveis				•		
24	Boletim de Conjuntura da Indústria de Óleo e Gás (BOG)			•	•		
25	Brazilian Oil & Gas Report (BOR)	•			•		
26	Cenários de Oferta de Etanol e Demanda do Ciclo Otto				•		
27	Fatos Relevantes da Indústria de Óleo e Gás (FROG)	•			•		
28	Informe de Indicadores de E&P 2020				•		
29	Informe sobre Demanda de Energia dos Veículos Leves						
30	Informe sobre Investimentos e Custos Operacionais e de Manutenção no Setor de Biocombustíveis						

(N°.	PRODUTO OU SERVIÇO	S01	S02	PF01	PF02	PF03	PF04
	31	Plano Indicativo de Processamento e Escoamento de Gás Natural (PIPE)						
	32	Plano Indicativo de Terminais de GNL no Brasil (PIT)			•	•		
	33	Zoneamento Nacional de Recursos de Óleo e Gás 2019-2021						



N°.	PRODUTO OU SERVIÇO	DESCRIÇÃO DESCRIÇÃO
01	Discussões e apresentações sobre Eólica Offshore	Com a publicação do Roadmap Eólica Offshore Brasil, em 2020, participar das discussões sobre os desafios identificados, buscando a articulação com outras instituições e apoio ao MME na definição de um framework legal/regulatório para a fonte.
02	Apoio ao MME no atendimento às determinações 9.6 9.7 do Acórdão TCU 2835/2020	Determinações ao MME no Acórdão TCU 2835/2020. 9.6. determinar ao MME que, no prazo de 90 dias, apresente ao TCU estudos visando comprovar que os limites de potencial e potência indicados no item 3.16 da Nota Técnica 62/2018/DPE/SPE se apresentam compatíveis à realidade do aproveitamento hidrelétrico brasileiro remanescente ou realize os ajustes necessários a essa compatibilização, para efetivo atendimento à determinação do item 9.2.2 do Acórdão 2.723/2017-TCU-Plenário; 9.7. determinar ao MME que, no prazo de 180 dias, apresente estudos sobre a avaliação dos custos e benefícios dos reservatórios em empreendimentos hidrelétricos ante as outras maneiras de se compensar a intermitência de fontes renováveis (9.11 do Acórdão 1.530/2019-TCU-Plenário).
03	Apoio e desenvolvimento de ferramenta para lastro	A equipe de lastro da DEE/SGR está desenvolvendo metodologia para calcular a contribuição de lastro do SIN. Nesse processo há a necessidade de desenvolvimento de ferramentas computacionais e bases de dados para auxiliar o cálculo da contribuição de lastro. Base Legal: Lei n° 10.847/2004; Decreto n° 5.184/2004.
04	Cálculos e Revisões de Garantia Física (exemplo 2020: 27 solicitações – 589 usinas)	Cálculo de garantia física de energia para fins de Leilão de Energia Nova, privatização que implique em nova concessão e comercialização no ACL. Revisões de garantia física de energia decorrentes de alterações de características técnicas, por geração verificada. Base Legal: Lei nº 10.848/2004; Decreto nº 5.163/2004. Regulamentação: Cálculo: Portaria MME nº 101/2016, Portaria MME nº 74/2020, Portaria MME nº 403/2017 (Benefício indireto), Portaria MME nº 463/2009 (PCH). Revisão: UHE: Decreto nº 2.655/1998, Portaria MME nº 406/2017. UTE (CVU>0): Portaria MME nº 492/2014, Portaria MME nº 279/2013, Portaria MME nº 07/2012, Portaria MME nº 649/2011. UTE (CVU=0): Portaria MME nº 484/2012, Portaria MME nº 564/2014. EOL: Portaria MME nº 416/2015. UFV: Portaria MME nº 60/2020. PCH: Portaria MME nº 463/2009.

	N°.	PRODUTO OU SERVIÇO	DESCRIÇÃO
	05	CPAMP - Acompanhamento dos temas dos ciclos 20/21 e 20/22	A EPE integra a Comissão Permanente para Análise de Metodologias e Programas Computacionais do Setor Elétrico (CPAMP) que trabalha por ciclos (anuais ou bianuais) e em cada ciclo há alguns temas selecionados para aprofundamento e melhoria para os atuais modelos empregos no setor. Neste ciclo foram definidos os temas de Volatilidade, Representação Hidrológica, Produtibilidade, VminOp, Elevação de armazenamento, Taxa de desconto, SUISHI, Operação e Preço, Fontes Intermitentes e NEWAVE Hibrido. Além de duas coordenações (Taxa de desconto e Fontes Intermitentes) a EPE deve acompanhar o desenvolvimento de todos os outros temas. Base Legal: Lei n° 10.847/2004; Decreto n° 5.184/2004. Portaria MME n° 481/2019.
CPAMP - Coordenação da atividade de 06 modelagem da variabilidade das fontes renováveis variáveis			A EPE integra a Comissão Permanente para Análise de Metodologias e Programas Computacionais do Setor Elétrico (CPAMP) que trabalha por ciclos (anuais ou bianuais) e em cada ciclo há alguns temas selecionados para aprofundamento e melhoria para os atuais modelos empregos no setor. Dentre os temas há o de modelagem das fontes variáveis, que busca uma maneira de modelar as incertezas dos recursos renováveis variáveis e as colocar dentro dos atuais modelos de planejamento da operação do SIN. Base Legal: Lei n° 10.847/2004; Decreto n° 5.184/2004. Portaria MME n° 481/2019.
07 CPAMP - Coordenação da atividade de taxa de desconto		•	A EPE integra a Comissão Permanente para Análise de Metodologias e Programas Computacionais do Setor Elétrico (CPAMP) que trabalha por ciclos (anuais ou bianuais) e em cada ciclo há alguns temas selecionados para aprofundamento e melhoria para os atuais modelos empregos no setor. Dentre os temas há o de revisão da taxa de desconto nos modelos de operação e expansão, que visa verificar a continuidade desse parâmetro nos modelos e definir metodologia para sua atualização, caso necessário. Base Legal: Lei n° 10.847/2004; Decreto n° 5.184/ 2004; Portaria MME n° 481/2019.
	08	Desenvolvimento/manutenção da ferramenta de Balanço de Potência	O balanço de potência é uma ferramenta desenvolvida na EPE para o cálculo da capacidade de atendimento de ponta do sistema elétrico. Ela é utilizada no PDE e requer atualizações para representar as constantes mudanças do sistema, assim como receber aprimoramentos metodológicos. Base Legal: Lei n° 10.847/2004; Decreto n° 5.184/2004.

Nº.	PRODUTO OU SERVIÇO	DESCRIÇÃO DESCRIÇÃO
09	Estudos de interligação de localidades dos Sistemas Isolados	Avaliação técnica e econômica da interligação de localidades dos sistemas isolados.
10	Estudos de modernização/repotenciação e Ampliação de UHE - Possibilidades de Mecanismos de Remuneração	Nota Técnica com o objetivo de explorar as possibilidades de remuneração nos casos de repotenciação, modernização e ampliação de UHE, avalia os formatos que melhor se ajustem ao SEB e aos termos de contratos de concessão. Concluída, a Nota Técnica poderá ser submetida a consulta pública para contribuições e seleção de propostas mais adequadas a serem detalhadas. Base Legal: Lei nº 10.847/2004.
11	Estudos econômicos relacionados aos leilões	Análises e participação nas discussões referentes a aspectos econômicos nos leilões de energia, para suporte a decisões do MME.
12	Preço-teto Leilões	Realização de análises e cálculos do Custo Marginal de referência para cada fonte participante dos leilões de energia, a fim de subsidiar a decisão do MME. Base Legal: Decreto nº 5.163/2004.
13	Processos de Alteração de Características Técnicas	Avaliação dos empreendimentos que desejem alterar as características técnicas (estimativa de 300 processos). Base Legal: Portaria MME nº 481/2018 estabelece que as alterações de características técnicas devem ser avaliadas pela EPE.
Validação de dados de UHE com ONS e definição de metodologia para cálculo de parâmetros médios de rendimento e perda hidráulica (Plano de Ação do TCU)		Em atendimento ao Acórdão TCU nº 1.631/2018-TCU-Plenário, foi elaborado um Plano de ação para revisão das garantias físicas das usinas hidrelétricas, acompanhado de cronograma com medidas adicionais à Revisão Ordinária de GF realizada em 2017, para a correção do desequilíbrio estrutural do sistema. Essas medidas se referem à atualização de dados cadastrais de usinas hidrelétricas, com responsabilidade compartilhada entre as instituições: ANA, ONS, ANEEL, EPE e MME. Formalmente, cabe a EPE a atividade 5: Revisão das produtibilidades e perdas de carga das usinas hidrelétricas e a atividade 8: Elaboração do "mapa de alterações" (consolidação dos parâmetros a serem alterados). Entretanto, a EPE também se envolve na consolidação dos valores de usos consuntivos sob responsabilidade da ANA e dos polinômios de jusante, que associam o nível de jusante à vazão defluente). Base Legal: Ofício nº 367/2018/SE-MME (SEI nº 0236430), de 4 de dezembro de 2018, formalizou ao tribunal o plano de ação.

N°.	PRODUTO OU SERVIÇO	DESCRIÇÃO
15	1º Workshop Integração de conhecimento sobre Planejamento, Regulação Setorial e Licenciamento Ambiental de Empreendimentos Hidrelétricos no Brasil	Discutir a interface entre o planejamento/licenciamento, frente à expansão da matriz hidrelétrica nacional, chegando-se a um consenso sobre propostas de aprimoramento na relação entre planejamento, operação, regulação e licenciamento ambiental federal do Brasil. Base Legal: Recomendação 9.4 do Acórdão TCU nº 1789/2019.
16	2º Workshop Integração de conhecimento sobre Planejamento, Regulação Setorial e Licenciamento Ambiental de Sistemas de Transmissão de Energia	Discutir a interface entre o planejamento/licenciamento, planejamento/regulação, regulação/licenciamento, operação/planejamento, operação/regulação sob a perspectiva socioambiental, chegando-se a um consenso sobre propostas de aprimoramento na relação entre planejamento, operação, regulação e licenciamento ambiental federal de Sistemas de Transmissão de Energia do Brasil. Base Legal: Recomendação 9.4 do Acórdão TCU nº 1789/2019.
17	Angra 3 e outras nucleares (inclui SMR)	Responder as demandas do MME específicas sobre Angra 3 e estudos de SMR.
18	Apoio Técnico aos Leilões de Transmissão	A EPE presta apoio técnico à ANEEL em algumas etapas do processo licitatório dos novos empreendimentos de transmissão, como, por exemplo, na organização dos lotes a serem ofertados nos leilões, sinalizando eventuais restrições para a separação das instalações ou mesmo sugerindo que elas sejam agregadas.
19	Avaliação do Valor Novo de Reposição VNR (equipamentos)	Cálculo do valor novo de reposição de usinas hidrelétricas com concessão vincendas. Avaliação técnica e orçamentária de projetos hidrelétricos para fins de cálculo do Valor Novo de Reposição, Ampliação de Usinas Cotistas e Usinas Candidatas aos Leilões. Base Legal: Decreto nº 7.805/2012; Portaria MME nº 418/2013; Portaria MME nº 102/2016.
20	Avaliação Técnica e Econômica de Orçamentária de Ampliação de UHE Existentes	Análise técnica e econômica do projeto de ampliação de UHE, incluindo o cálculo da garantia física do empreendimento, de forma a subsidiar o processo de revisão tarifária. Base Legal: Portaria MME n° 418/2013.
21	Carvão	Responder as demandas do MME específicas sobre geração termelétrica a partir de carvão.
22	Estudos e discussões sobre Itaipu	Estudos para subsidiar a negociação de revisão do Anexo C do Tratado de Itaipu, no âmbito do GT coordenado pelo MME.

N°.	PRODUTO OU SERVIÇO	DESCRIÇÃO DESCRIÇÃO
23	Integração Gás Natural – Energia Elétrica	Participação no Grupo de Trabalho, acompanhamento das mudanças legais em discussão e análise dos respectivos impactos no planejamento energético.
24	Nota Técnica "Integração entre os setores de energia elétrica e gás natural"	Este estudo tem como objetivo apresentar análises sobre usinas termelétricas (UTEs) a gás natural com diferentes parâmetros de flexibilidade, localizações e modelos de negócio, avaliando seus potenciais benefícios e impactos sobre o setor de gás natural. Base Legal: Lei nº 10.847/2004.
25	Projeções dos Preços dos Combustíveis Líquidos para Atendimento aos Sistemas Isolados	A publicação apresenta os cálculos e as premissas que embasaram as projeções, para o ano de 2021, dos preços dos combustíveis líquidos usados na geração de energia elétrica em Sistemas Isolados e usinas da Região Sul.
26	Abastece Brasil	A iniciativa Abastece Brasil do Governo Federal, liderada pelo Ministério de Minas e Energia e pilar do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), visa o desenvolvimento do mercado de combustíveis e a segurança do seu abastecimento, com foco na promoção da livre concorrência no setor. Base Legal: Resolução CNPE nº 15/2017.
27	Comitê de Monitoramento da Abertura do Mercado de Gás Natural (CMGN) e Relatório Trimestral do CMGN	A atuação do Comitê tem como objetivo monitorar a implementação das ações necessárias à abertura do mercado de gás natural e propor ao Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) eventuais medidas complementares. Os Relatórios Trimestrais do CMGN têm como objetivo acompanhar o processo de abertura do mercado por meio de indicadores e compilação de notícias relevantes. Base Legal: Resolução CNPE nº 10/2016; Resolução CNPE nº 04/2019; Resolução CNPE nº 16/2019; Decreto nº 9.934/2019.
28	Indicadores de Monitoramento da Política de E&P	Publicação que apresenta a atualização dos Indicadores de Monitoramento da Política de E&P, para o ano base de 2019. Base Legal: Resolução CNPE nº 17/2017.
29	Nota Técnica "Infraestrutura de GLP"	O estudo tem como objetivo apresentar o panorama da infraestrutura para produção, movimentação e armazenamento de GLP no Brasil, além de abordar perspectivas para evolução da produção de GLP em refinarias e UPGNs, traçando considerações sobre a necessidade de ampliação da infraestrutura e possibilidade de exportação. Base Legal: Lei nº 10.847/2004.

N°.	PRODUTO OU SERVIÇO	DESCRIÇÃO
30	Participação no Comitê RenovaBio	Participação no Comitê Técnico, com o objetivo de monitorar e propor medidas preventivas ou corretivas para o adequado desenvolvimento da Política Nacional de Biocombustíveis - RenovaBio. Base Legal: Decreto nº 9.888/2019.
31	Participação no Comitê Técnico Integrado para o Desenvolvimento do Mercado de Combustíveis, demais Derivados de Petróleo e Biocombustíveis.	Participação no Comitê Técnico através da elaboração de estudos para subsidiar a formulação de políticas públicas destinadas à garantia do abastecimento nacional de combustíveis, para auxiliar o aprimoramento do normativo regulatório das atividades de refino de petróleo, formulação, importação, exportação, transporte, distribuição e revenda de combustíveis, demais derivados de petróleo e de biocombustíveis; e propostas de ações e medidas destinadas ao desenvolvimento do mercado de combustíveis, demais derivados de petróleo e biocombustíveis. Base Legal: Decreto nº 9.928/2019.
32	Programa de Revitalização da Atividade de Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural em Áreas Terrestres (REATE) 2020	A atuação do Comitê tem como objetivo monitorar e contribuir para o cumprimento das metas do programa. Os Relatórios do REATE 2020 têm como objetivo acompanhar a revitalização do E&P onshore no Brasil, além de abordar questões relevantes em diversas etapas da cadeia. Base Legal: Resolução CNPE nº 16/2019; Resolução CNPE nº 27/2019.
33	Programa para Aprimoramento das Licitações de Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural (BidSim) e Excedente da Cessão Onerosa	A atuação do Comitê tem como objetivo propor aperfeiçoamentos na governança e na metodologia das rodadas de licitações de exploração e produção de petróleo e gás natural. Base Legal: Decreto nº 10.320/2020.
34	Reservas Estratégicas e Estoques de Operação do Sistema Nacional de Estoques de Combustíveis - Sinec	A finalidade deste documento é subsidiar o CNPE no cumprimento de sua obrigação legal (art. 2°, inciso V, da Lei n° 9.478, de 6 de agosto de 1997) de assegurar o adequado funcionamento do SINEC, e o Poder Executivo em sua tarefa de encaminhar ao Congresso Nacional, dentro de cada exercício financeiro, o Plano Anual de Estoques Estratégicos de Combustíveis para o exercício seguinte, integrando o projeto de lei de diretrizes orçamentárias. Base Legal: Lei n° 9.478/1997.

N°.	PRODUTO OU SERVIÇO	1º TRIM	2° TRIM	3° TRIM	4° TRIM	N/A	ORÇ.
01	Discussões e apresentações sobre Eólica Offshore					•	
02	Apoio ao MME no atendimento às determinações 9.6 9.7 do Acórdão TCU 2835/2020				•		
03	Apoio e desenvolvimento de ferramenta para lastro					٠	
04	Cálculos e Revisões de Garantia Física (exemplo 2020: 27 solicitações – 589 usinas)					•	
05	CPAMP - Acompanhamento dos temas dos ciclos 20/21 e 20/22				•		
06	CPAMP - Coordenação da atividade de modelagem da variabilidade das fontes renováveis variáveis				•		
07	CPAMP - Coordenação da atividade de taxa de desconto				•		
08	Desenvolvimento/manutenção da ferramenta de Balanço de Potência						
09	Estudos de interligação de localidades dos Sistemas Isolados						
10	Estudos de modernização/repotenciação e Ampliação de UHE - Possibilidades de Mecanismos de Remuneração				•		

N°.	PRODUTO OU SERVIÇO	1º TRIM	2° TRIM	3° TRIM	4° TRIM	N/A	ORÇ.
11	Estudos econômicos relacionados aos leilões					•	
12	Preço-teto Leilões					•	
13	Processos de Alteração de Características Técnicas						
14	Validação de dados de UHE com ONS e definição de metodologia para cálculo de parâmetros médios de rendimento e perda hidráulica (Plano de Ação do TCU)						
15	1º Workshop Integração de conhecimento sobre Planejamento, Regulação Setorial e Licenciamento Ambiental de Empreendimentos Hidrelétricos no Brasil						
16	2º Workshop Integração de conhecimento sobre Planejamento, Regulação Setorial e Licenciamento Ambiental de Sistemas de Transmissão de Energia						
17	Angra 3 e outras nucleares (inclui SMR)						
18	Apoio Técnico aos Leilões de Transmissão				•		
19	Avaliação do Valor Novo de Reposição VNR (equipamentos)						
20	Avaliação Técnica e Econômica de Orçamentária de Ampliação de UHE Existentes						

N°.	PRODUTO OU SERVIÇO	1° TRIM	2° TRIM	3° TRIM	4° TRIM	N/A	ORÇ.
21	Carvão					•	
22	Estudos e discussões sobre Itaipu						
23	Integração Gás Natural – Energia Elétrica					•	
24	Nota Técnica "Integração entre os setores de energia elétrica e gás natural"					•	
25	Projeções dos Preços dos Combustíveis Líquidos para Atendimento aos Sistemas Isolados						
26	Abastece Brasil						
27	Comitê de Monitoramento da Abertura do Mercado de Gás Natural (CMGN) e Relatório Trimestral do CMGN						
28	Indicadores de Monitoramento da Política de E&P			•			
29	Nota Técnica "Infraestrutura de GLP"						
30	Participação no Comitê RenovaBio			•	•	•	

N°.	PRODUTO OU SERVIÇO	1º TRIM	2° TRIM	3° TRIM	4° TRIM	N/A	ORÇ.
31	Participação no Comitê Técnico Integrado para o Desenvolvimento do Mercado de Combustíveis, demais Derivados de Petróleo e Biocombustíveis.		•				
32	Programa de Revitalização da Atividade de Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural em Áreas Terrestres (REATE) 2020						
33	Programa para Aprimoramento das Licitações de Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural (BidSim) e Excedente da Cessão Onerosa						
34	Reservas Estratégicas e Estoques de Operação do Sistema Nacional de Estoques de Combustíveis - Sinec						

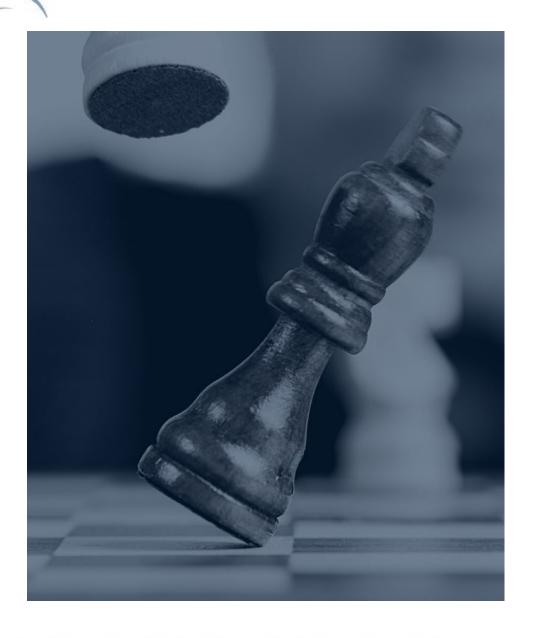
Nº.	PRODUTO OU SERVIÇO	S01	S02	PF01	PF02	PF03	PF04
01	Discussões e apresentações sobre Eólica Offshore						
02	Apoio ao MME no atendimento às determinações 9.6 9.7 do Acórdão TCU 2835/2020						
03	Apoio e desenvolvimento de ferramenta para lastro	•		•			
04	Cálculos e Revisões de Garantia Física (exemplo 2020: 27 solicitações – 589 usinas)						
05	CPAMP - Acompanhamento dos temas dos ciclos 20/21 e 20/22			•	•		
06	CPAMP - Coordenação da atividade de modelagem da variabilidade das fontes renováveis variáveis	•		•	•		
07	CPAMP - Coordenação da atividade de taxa de desconto	•		•	•		
08	Desenvolvimento/manutenção da ferramenta de Balanço de Potência						
09	Estudos de interligação de localidades dos Sistemas Isolados	•			•		
10	Estudos de modernização/repotenciação e Ampliação de UHE - Possibilidades de Mecanismos de Remuneração	•	•	•		•	

N°.	PRODUTO OU SERVIÇO	S01	S02	PF01	PF02	PF03	PF04
11	Estudos econômicos relacionados aos leilões	•			•	•	
12	Preço-teto Leilões						
13	Processos de Alteração de Características Técnicas			•	•		
14	Validação de dados de UHE com ONS e definição de metodologia para cálculo de parâmetros médios de rendimento e perda hidráulica (Plano de Ação do TCU)						
15	1º Workshop Integração de conhecimento sobre Planejamento, Regulação Setorial e Licenciamento Ambiental de Empreendimentos Hidrelétricos no Brasil						
16	2º Workshop Integração de conhecimento sobre Planejamento, Regulação Setorial e Licenciamento Ambiental de Sistemas de Transmissão de Energia						
17	Angra 3 e outras nucleares (inclui SMR)					•	
18	Apoio Técnico aos Leilões de Transmissão						
19	Avaliação do Valor Novo de Reposição VNR (equipamentos)						
20	Avaliação Técnica e Econômica de Orçamentária de Ampliação de UHE Existentes						

Nº.	PRODUTO OU SERVIÇO	S01	S02	PF01	PF02	PF03	PF04
21	Carvão					•	
22	Estudos e discussões sobre Itaipu						•
23	Integração Gás Natural – Energia Elétrica					•	•
24	Nota Técnica "Integração entre os setores de energia elétrica e gás natural"						•
25	Projeções dos Preços dos Combustíveis Líquidos para Atendimento aos Sistemas Isolados						•
26	Abastece Brasil						•
27	Comitê de Monitoramento da Abertura do Mercado de Gás Natural (CMGN) e Relatório Trimestral do CMGN						
28	Indicadores de Monitoramento da Política de E&P						•
29	Nota Técnica "Infraestrutura de GLP"	•			•		•
30	Participação no Comitê RenovaBio						

N°.	PRODUTO OU SERVIÇO	S01	S02	PF01	PF02	PF03	PF04
31	Participação no Comitê Técnico Integrado para o Desenvolvimento do Mercado de Combustíveis, demais Derivados de Petróleo e Biocombustíveis.						
32	Programa de Revitalização da Atividade de Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural em Áreas Terrestres (REATE) 2020						
33	Programa para Aprimoramento das Licitações de Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural (BidSim) e Excedente da Cessão Onerosa						
34	Reservas Estratégicas e Estoques de Operação do Sistema Nacional de Estoques de Combustíveis - Sinec						





PLANO DIRETOR INSTITUCIONAL

O PDI 2021 será estruturado pela Diretoria Executiva até o fim do primeiro trimestre de 2021 e apresentado ao Conselho de Administração, que acompanhará semestralmente seus resultados consolidados, em termos de percentual de execução física, assim como ocorrerá com os demais planos que compõem o Plano de Negócios 2021.

Tal decisão foi orientada pelo fato de grande parte dos programas e projetos transformadores, incluídos nesta categoria, necessitar de recursos financeiros para suas execuções e a empresa, até então, desconhecer seu orçamento para 2021, o que ocorrerá apenas com a publicação da Lei Orçamentária Anual – LOA em 2021.





• Obter informações e dados sobre custos, barreiras, novos negócios, perspectivas de crescimento do setor energético, entendimento de regras e políticas e melhorias possíveis.

positiva para fortalecer o

positivas e demandas

Ampliar visibilidade das

· Ampliar os canais de acesso à informação e divulgar de forma didática os conhecimentos gerais sobre o setor energético para qualificar mais o debate público; a função pública da EPE; a importância do planejamento.

• A qualidade de nossa governança corporativa e de nossos estudos.

· Ampliar a capilaridade social sobre o setor energético. Públicos ele • Antecipar e prevenir conflitos.

• Levar uma visão abrangente e prognóstica dos dilemas do planejamento e política energética, com discussões sobre as alternativas, seus custos e impactos, bem como as pectivas que precisam ser conciliadas.

múltiplas dimensões/pers-

 Aproximar o mercado financeiro do setor elétrico. GN e EE, visando facilitar o entendimento sobre o complexo setor e estimular o desenvolvimento de novos investimentos de gestão de risco e de suporte a investimentos na expansão da infra energética.

Empresas de Petróleo, Gás e Biocombustíveis

Empresas dos Segmentos GTDC

epe

Civil (Público

Não Especia-

lizado)

Terceiro

Setor

Empresa de Pesquisa Energética

Investidores

Mercado

Financeiro

Instituições Públicas Meio Acadêmico

Imprensa (Mídia Especiali zada e Não Especializada)

 Ampliar acesso do corpo técnico da EPE a conteúdos acadêmicos relevantes para aumentar a qualidade e o impacto dos nossos estudos.

• (ONS, CCEE, MME, ANEEL, ANP, etc.) Diversos intere-

• Mídias especializadas e não especializadas: Pautas

000

estudos acadêmicos da EPE visando consolidar nossa imagem e credibilidade.

 Apontar para a comunidade acadêmica, os gaps de dados, modelos, metodologias, onde as contribuições têm mais

App Painelista Webinars Newsletter Promotor

• Ampliar referências de

Plano de Comunicação Externa



RECURSOS

A área de gestão da Empresa de Pesquisa Energética - EPE está dedicada à consolidação dos processos condicionantes da capacidade produtiva e concretização da estratégia e metas organizacionais.

ORÇAMENTO E FINANÇAS

A programação anual do orçamento da EPE é autorizada pela Lei Orçamentária Anual - LOA, na qual estão definidas as prioridades e as metas contidas no Plano Plurianual - PPA, que deverão ser atingidas naquele ano, em conformidade com as diretivas estabelecidas pela Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO.

Diante do cenário de incertezas inseridas na economia brasileira no ano de 2020 e sua repercussão no orçamento da União, salienta-se que a plena execução desse plano dependerá da LOA de 2021 ser aprovada com disponibilidade orçamentária próxima à proposta de necessidades realizada pela EPE, assim como um limite financeiro 2021 correspondente.

A tabela ao lado apresenta a configuração atual da PLOA 2021 da EPE,

enviada pela Secretaria de Orçamento Federal do Ministério da Economia - SOF/ME ao Congresso Nacional no início de setembro de 2020. Na programação orçamentária está registrado o valor total R\$ 37,4 milhões (quadro abaixo), o que corresponde a apenas 30,9% do montante solicitado. O restante foi encaminhado como Créditos Condicionados, dependente de posterior aprovação no Congresso Nacional.

Esta configuração gera grande incerteza, pois há vedação legal para autorização de despesas sem dotação orçamentária correspondente.

Previsões de Dotações da EPE para 2021

	PLOA 2021	Créditos Condicionados	Total
Despesas de Pessoal e Benefícios	22.459.721	58.330.296	80.790.017
Gestão e Manutenção	10.303.824	19.301.576	29.605.400
Energia Elétrica	3.469.333	4.754.267	8.223.600
Petróleo, Gás, Derivados	130.260	2.040.740	2.171.000
Sentenças Judiciais	1.020.000	-	1.020.000
Total GERAL	37.383.138	84.426.879	121.810.017

Tal cenário é por demais gravoso para a EPE e, por certo, comprometerá a execução das atividades necessárias ao cumprimento da sua missão institucional. Mais do que isso, inviabilizará entregas imprescindíveis ao setor energético brasileiro, cuja produção é exclusiva desta empresa, ou seja, não há outros produtos produzidos no âmbito do governo federal que sejam substitutivos dos que entregamos.

As gestões orçamentárias e financeiras dão suporte à empresa no atingimento de seus objetivos e metas dispondo recursos necessárias à sua operação, disponibilizando informações capazes de auxiliar na tomada de decisão e transparência da gestão junto às instituições públicas e privadas, aos órgãos de controles, aos agentes setoriais e à sociedade em geral.

GESTÃO DE PESSOAS

A EPE tem uma atuação pautada no capital intelectual, tendo em vista o papel institucional que desempenha. Isso se reflete em um corpo técnico de alta qualificação, garantindo, na prestação de seus serviços, as bases teóricas necessárias ao desenvolvimento do setor energético brasileiro.

O quadro de pessoal próprio da EPE, autorizado pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST/ME, está limitado a 298 empregados. Atualmente a empresa possui 271 empregados ativos, onde 31% possuem especialização, 35% mestrado e 12% doutorado.

A perda de capital humano consiste no principal risco para a gestão de pessoas da organização, a despeito de todo o conjunto de iniciativas e projetos que vêm sendo desenvolvidos para fortalecê-la. O quadro de empregados efetivos vem sendo reduzido a cada exercício, principalmente em decorrência dos desligamentos ocorridos e pela inexistência de novos concursos públicos, e mesmo o recente mecanismo de movimentação externa disponibilizado pela Administração Pública Federal não conseguiu se traduzir em alternativa eficiente para composição dos quadros da empresa nas posições estratégicas. Dada a especificidade da natureza de conhecimento trabalhado na EPE, com ênfase no planejamento energético, qualquer perda de recursos humanos tem impactos significativos para as entregas da empresa, face a curva de aprendizado necessária a ser cumprida para que novos membros, se repostos, possam render à altura da excelência técnica que caracteriza a EPE.

Para o cumprimento dos propósitos institucionais, a empresa atua em diferentes redes públicas e privadas, interfaces nacionais e internacionais, pautando para 2021 o aperfeiçoamento das práticas de gestão do conhecimento que contribuam para os resultados institucionais.

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÕES

Devido à sua natureza, a EPE necessita coletar, armazenar, tratar e analisar informações relativas ao setor energético, de forma a cumprir suas funções previstas em lei. Cabe à área responsável por tecnologia da informação e comunicações prover os equipamentos, ferramentas e sistemas necessários a realizar o tratamento das informações em todas as áreas da empresa - estudos técnicos, gestão corporativa e institucionais.

Em um novo ambiente de trabalho, onde as corporações, por conta da migração involuntária e majoritária para um regime de home office, viram ao longo de 2020 suas redes de informações mais sujeitas a ataques cibernéticos, cabe ainda direcionar esforços e recursos estratégicos no sentido de prover uma infraestrutura de sistemas capaz de, dentro do possível, não somente mitigar eventuais invasões como agir proativamente em tais defesas.

Na missão de prover soluções de tecnologia da informação para todas as áreas da empresa, com excelência, qualidade e segurança e de forma alinhada com os objetivos de negócio da EPE, na intenção de atuar cada vez mais como um parceiro estratégico na busca da satisfação do cliente

 interno e externo - e superação de suas expectativas, as frentes relacionadas a sistemas encontram no desenvolvimento dos softwares e aplicativos, na infraestrutura e suporte tecnológicos e de comunicação e na governança os seus grandes eixos de atuação.

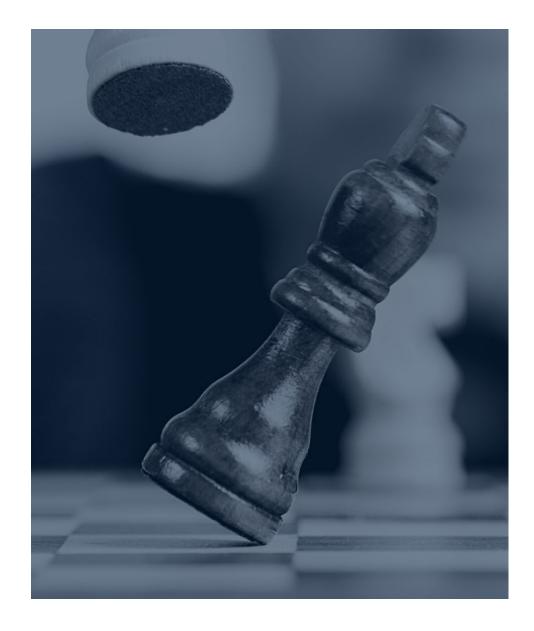
Pela importância que o conhecimento tem para o desenvolvimento dos trabalhos da EPE, conceber uma estrutura de informação que permita otimizar a performance operacional e promover uma integração sistêmica de dados intra e Inter organizacional, além de se criar um ambiente propício para o desenho e construção de soluções aplicáveis às áreas da empresa, constituem propósitos institucionais a nortear os projetos e iniciativas nesse âmbito de atuação.

LOGÍSTICA

Consistem como etapas fundamentais à consecução das atividades propostas pelo Plano de Negócios 2021 o apoio e orientações concernentes ao planejamento de todas as contratações associadas aos projetos especificados pelas áreas de negócio da organização, bem como a elaboração e execução dos respectivos processos licitatórios e gestão dos contratos daí advindos. Leve-se em conta, adicionalmente, que todo o

funcionamento operacional da empresa requer uma infraestrutura logística de qualidade e à altura da excelência presente entre os valores e trabalhos desenvolvidos pela EPE.

Ainda com os respaldos ligados aos efeitos da pandemia e seus efeitos sobre a esfera política, econômica e social, e diante das incertezas vigentes em um mundo em constante e acelerada mutação, a gestão organizacional tende a ser cada vez mais desafiada no alcance de resultados, num cenário de recursos escassos e de elevadas expectativas voltadas a agregar contribuições relevantes à sociedade, em perfeito alinhamento à missão institucional, em prol de um planejamento energético mais eficiente, sustentável e benéfico para o país.





ANÁLISE DE RISCOS

Esta seção apresenta considerações sobre o cenário vigente com o aumento do grau de incerteza sobre a existência ou não de recursos orçamentários suficientes para que a Empresa de Pesquisa Energética - EPE consiga dar continuidade às suas atividades e, dessa forma, possa cumprir com sua missão institucional de "realizar estudos e pesquisas de alta qualidade visando subsidiar o planejamento, o desenvolvimento e a política energética nacional", assim como de viabilizar o atingimento de sua visão de "ser uma organização proativa, inovadora e reconhecida por sua excelência técnica em estudos e pesquisas no setor energético."

Dada sua relevância, a questão orçamentária é denotada no Planejamento Estratégico Institucional da EPE por meio do Objetivo Estratégico "Aprimorar a gestão orçamentária para incrementar a qualidade do gasto, integrada aos instrumentos de gestão, avançando na obtenção de fontes de financiamento, com vistas a assegurar os recursos necessários para o cumprimento dos objetivos organizacionais".

O Projeto de Lei Orçamentária - PLOA de 2021 da EPE foi encaminhado ao

Congresso Nacional com valores abaixo do Referencial Monetário definido no momento da elaboração da proposta orçamentária. Assim, dos R\$ 40 milhões previstos para as despesas discricionárias, 26 milhões estão condicionados à posterior autorização legislativa e R\$ 14 milhões autorizados com a aprovação da LOA. Com relação às despesas de pessoal, o total condicionado é R\$ 58,3 milhões e R\$ 22,4 milhões autorizados com a aprovação da LOA. Tais fatos corroboram com um clima ainda maior de incertezas além das questões relacionadas à pandemia e suas intercorrências que devem permear o ano de 2021 e seus impactos na arrecadação e gastos do governo como um todo.

Frente aos fatos apresentados, a EPE tem empreendido uma séria de ações visando antecipar medidas que salvaguardem sua atuação junto às principais partes interessadas, dentre elas, o próprio Ministério de Minas e Energia - MME que se utiliza dos estudos e pesquisas realizados pela e na EPE, para subsidiar seu processo decisório quanto ao estabelecimento e formalização das políticas públicas concernentes à energia.

Premissas assumidas:

- Minimizar o risco perante o cenário de incerteza, tendo como norte a legalidade das operações e o processo de tomada de decisão; e
- Garantir a segurança jurídica minimizando prováveis ônus futuros com ações judiciais.

PRINCIPAIS RISCOS LEVANTADOS CONSIDERANDO O AMBIENTE DE INCERTEZAS E FATOS APRESENTADOS

Ao longo do 3° e 4° trimestres de 2020 a EPE realizou um Termo de Execução Descentralizada com a Escola Nacional de Administração Pública - Enap, visando a construção colaborativa de uma matriz de riscos estratégicos, tendo como participantes todo o corpo diretivo e gerencial da empresa. Foram levantados 21 riscos estratégicos, onde um deles foi considerado o risco de maior nível dentre os riscos levantados.

OBJETIVO ESTRATÉGICO	N° DO RISCO	RISCO	CAUSAS
Aprimorar a gestão orçamentária para incrementar a qualidade do gasto, integrada aos instrumentos de gestão, avançando na obtenção de fontes de financiamento, com vistas a assegurar os recursos necessários para o cumprimento dos objetivos organizacionais	11	Insuficiência de Recursos Orçamentários e Financeiros	 Impacto da política fiscal no orçamento público Relações institucionais insuficientes Corte orçamentário determinado pelo governo federal Baixa arrecadação de tributos Contingenciamento orçamentário ao longo do exercício Limites financeiros menores do que o empenho Excesso de restos a pagar do exercício anterior Estabelecimento de limites de gastos da despesa de funcionamento e manutenção Ineficácia da ação junto ao legislativo

CONSEQUÊNCIAS

- Comprometer o alcance dos objetivos estratégicos como um todo;
- Não cumprimento das entregas de produtos e serviços da EPE;
- Não cumprimento da função institucional para o qual foi criada;
- Não atendimento pelo Tesouro da programação financeira;
- Atraso ou não pagamento das obrigações;
- Não atendimento dos objetivos estratégicos, táticos e operacionais;
- Pagamento de encargos financeiros por inadimplência;
- Deixar de identificar e adotar novas tecnologias podendo incorrer em:
 - incapacidade de entrega de produtos;
 - descontinuidade de processos tecnológicos/falha de processos; e
 - falhas gerenciais e não entrega de produtos.
- Demissão de parte do pessoal terceirizado no momento de crise e redução das atividades econômicas;

- Interrupção do programa de estágio com impacto direto nos estudos e produtos da área técnica e nas atividades de suporte da empresa;
- Incidentes cibernéticos devido a obsolescência de hardware e software e falta de capacitação adequada dos técnicos responsáveis pela SIC;
- Indisponibilidade de infraestrutura e sistemas de informação adequados para ao negócio;
- Obsolescência de recursos de hardware, como computadores, equipamentos de rede e telecomunicações - TIC
 - suspensão de aquisição de novos equipamentos de acordo com a tecnologia mais avançada do mercado;
 - hardwares (desktops, notebooks, processador, placa mãe, disco rígido, periféricos etc.);
 - instalações físicas (parque computacional, estações de trabalho etc.); e
 - Servidores.

- Interrupção das aquisições e instalação de soluções de segurança (antivírus, firewall etc.);
- Descontinuar a manutenção do nível de atualização tecnológica frente às inovações constantes de TIC;
- Descontinuidade das atualizações de versão, manutenção e suporte técnico dos principais software utilizados pelas áreas técnicas, com possíveis impacto nas entregas da empresa, como exemplo citamos: ArcGis, Cplex, Cymcap, Matlab, Vensim;
- Descontinuidade das atualizações de versão, manutenção e suporte técnico dos principais software utilizados na área de suporte, com possíveis impactos nas atividades de TI, pessoal, contabilidade, manutenção, sendo os mais significativos o RM-TOTVS e Microsoft;
- Impacto nas metas e comprometimento do Planejamento Estratégico Institucional e Planos Operacionais;
- Encargos financeiros por atrasos de pagamentos;
- Perda de credibilidade dos fornecedores e aumento de preços superiores ao de mercado (sobrepreço) nos produtos e serviços;

Dificuldades para o cumprimento de marco legal inerente às funções da EPE,
 como, por exemplo, na condução dos seguintes projetos, pois precisarão da
 alocação de recursos financeiros ao longo do ciclo do PEI-EPE;

Plano Decenal de Expansão de Energia (PDE) 2022-2031

Estudos socioambientais da UHE Bem Querer

Estudos socioambientais da UHE Castanheira

Plano Indicativo de Processamento e Escoamento de Gás Natural (PIPE)

Zoneamento Nacional de Recursos de Óleo e Gás 2019-2021

Impossibilidade de condução de projetos transformacionais inerentes à implantação de soluções tecnológicas que apoiem a gestão documental, o gerenciamento de processos e de projetos, a gestão de riscos e de controles internos com apoio metodológico, técnico e de capacitação.

Considerando o cenário descrito, com ênfase nos riscos orçamentários que afetam a execução deste Plano de Negócios, torna-se mister que a EPE mantenha permanente monitoramento do ambiente, utilize-se de planos de contingência e busque medidas e ações com o objetivo de garantir recursos mínimos adequados para continuar a prestar um serviço técnico de excelência e qualidade, e, em última instância, subsidiar tecnicamente as decisões no âmbito da política energética nacional.

Além de todas as consequências retratadas, devido à indisponibilidade orçamentária, a EPE teria dificuldades para o atingimento do Objetivo Estratégico AG04 "Aperfeiçoar a gestão de pessoas mediante a valorização do ser humano, visando o aprimoramento contínuo do conhecimento, a retenção dos talentos e o desenvolvimento gerencial". Nesse sentido destacam-se as seguintes consequências adicionais:

- A falta de recurso para investimento voltado ao desenvolvimento continuado dos gestores e equipes;
- A falta de recursos para investimento em práticas que contribuam para modernização, sistematização e a gestão do conhecimento, de forma a minimizar a perda de conhecimento crítico com a saída de profissionais da organização;
- A impossibilidade de realização de concurso público para suprir as vagas em aberto do quadro de pessoal, bem como para compor a força de trabalho de forma a possibilitar o cumprimento às obrigações legais e demandas decorrentes que envolvem a criação de áreas e novas competências advindas com a Lei nº 13.303/2016, entre outras legislações

que envolvem a criação de novas obrigações sem a contrapartida de corpo técnico suficiente para tal;

- A dificuldade para recomposição da força de trabalho por meio de outros recursos, incluindo aqueles vinculados a algumas políticas públicas como o estabelecimento de alocação de profissional por projetos e prazo determinado e a movimentação externa de empregados oriundos de empresas com ressarcimento ao órgão de origem, como observado no processo seletivo por movimentação externa adotado pela EPE;
- A dificuldade para a retenção do quadro de pessoal ao não termos viabilidade de readequação do plano de cargos e salários vigente e ainda do plano de funções sem alinhamento às frentes atribuídas à organização; e
- A sobrecarga da força de trabalho atual, podendo levar ao absenteísmo, prejuízo ao clima organizacional e perda de qualidade de vida no trabalho, que, impactam a produtividade e, por consequência, trazem dificuldade para a entrega dos resultados.



MONITORAMENTO

O Conselho de Administração acompanhará a evolução da implementação do Plano de Negócios - PN 2021 em reuniões semestrais, por meio do monitoramento de indicadores vinculados aos objetivos estratégicos.

Cabe à Diretoria Executiva elaborar anualmente os planos táticos à luz dos instrumentos de Gestão Estratégica da EPE e acompanhar suas evoluções por meio de indicadores que reflitam o cumprimento do escopo, cronograma e orçamento dos projetos e programas que os compõem, com vistas ao atingimento dos objetivos estratégicos e alcance da visão institucional.

Vale destacar que a Diretoria Executiva permitiu a constituição de um Comitê Executivo de Gestão Estratégica - CGE-X, com representantes das diversas áreas da empresa, com o objetivo para monitorar a execução das metas, atividades, projetos e processos, cabendo, também, a coordenação das propostas e revisões dos seus ciclos com o objetivo de monitorar e acompanhar o desenvolvimento dos projetos, alinhando-os à identidade empresarial e diminuindo possíveis riscos e desvios de planejamento.

O comitê, em suma, é composto de membros de todas as áreas (titular e suplente), para que, dessa forma, a empresa possa estar alinhada, dando assim uma maior capilaridade aos resultados e metas estipulados para toda a organização no presente ciclo estratégico.

Cada membro do CGE-X tem a possibilidade de liderar e gerir grupos de trabalho internos em cada uma de suas áreas de origem, para que, assim, os projetos e programas estratégicos possam ser monitorados e orientados de perto, respeitando suas peculiaridades e atentando a possíveis justificativas e desvios de planejamento. Além disso, a proximidade dos membros do Comitê com os diretores possibilita um maior alinhamento das estratégias.

Por fim, vale ressaltar que a Reunião Mensal de Gestão com as lideranças da EPE é também um importante fórum para o alinhamento institucional, assim como para monitoramento e acompanhamento das ações estratégicas da EPE com vistas ao alcance dos compromissos assumidos neste Plano de Negócios 2021.

PLANO DE NEGÓCIOS 2021 EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA



PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL CICLO 2021-2025



